



**Organização
Mundial de Saúde**

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A **África**

AFR/RC70/8
25 de Agosto de 2020

COMITÉ REGIONAL PARA A ÁFRICA

ORIGINAL: INGLÊS

Septuagésima sessão

Sessão virtual, 25 de Agosto de 2020

Ponto 11 da ordem do dia

**GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS NACIONAIS DE
TRANSIÇÃO PARA A POLIOMIELITE NA REGIÃO AFRICANA**

Relatório do Secretariado

ÍNDICE

	Parágrafos
CONTEXTO	1–7
PROBLEMAS E DESAFIOS	8–15
MEDIDAS PROPOSTAS	16–25

CONTEXTO

1. Na Região Africana, durante a sexagésima sexta sessão do Comité Regional da OMS para a África (2016), a Directora Regional da OMS para a África realizou reuniões consultivas e de sensibilização com os ministros da Saúde de países prioritários para acelerar a implementação dos planos nacionais de transição para a poliomielite. Durante as reuniões posteriores do Comité Regional¹, o Secretariado apresentou informações actualizadas sobre os planos de transição para a poliomielite, como parte dos progressos realizados para a erradicação da poliomielite e a implementação da estratégia para a fase final da erradicação da doença.
2. Em 2017, a septuagésima sessão da Assembleia Mundial da Saúde aprovou a decisão WHA70.9², que descreve os riscos programáticos, financeiros e associados aos recursos humanos resultantes da redução progressiva em curso e a consequente descontinuação da Iniciativa Mundial de Erradicação da Poliomielite (IMEP), assim como um balanço sobre as medidas tomadas e planeadas para minimizar esses riscos, assegurando, simultaneamente, que as funções essenciais ligadas à luta contra a poliomielite são mantidas no período pós-certificação.
3. Ainda em 2017, foi levado a cabo um inquérito independente³ em 43 dos 47 Estados-Membros da Região Africana sobre a percepção do contributo do programa da erradicação da poliomielite para outras intervenções de saúde pública. Uma das principais conclusões foi que 71% dos países antecipam que a retirada dos recursos financiados pelo programa de luta contra a poliomielite enfraquecerá a vigilância de outras doenças, ao passo que 62,9% acreditam que não haverá recursos adequados para levar a cabo algumas actividades de saúde pública.
4. Em 2018, a septuagésima primeira sessão da Assembleia Mundial da Saúde registou o plano estratégico de acção sobre a transição para a poliomielite⁴, que tem três objectivos principais: 1) manter o mundo livre da poliomielite; 2) reforçar os sistemas de vacinação; 3) reforçar a capacidade nos países para a implementação total do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005). Chegou-se a acordo quanto à introdução de um quadro de monitorização e avaliação para medir os progressos realizados na implementação dos planos estratégicos de acção para a transição da poliomielite. Deverão igualmente ser apresentados aos Comités Regionais.
5. Em 2018, seis⁵ dos sete⁶ Estados-Membros altamente prioritários para a transição da poliomielite na Região Africana, que representam quase 85% dos recursos financiados pelo programa de luta contra a poliomielite, tinham elaborado e orçamentado planos nacionais de transição para a poliomielite. Os planos tinham sido aprovados pelos respectivos comités nacionais de coordenação interinstitucional. Os restantes 40 Estados-Membros, dos 47 presentes na Região, tinham mapeado os recursos do programa de erradicação da poliomielite usados por outros programas.

¹ Documentos de informação: sexagésimo sétimo Comité Regional e sexagésimo nono Comité Regional; Quadro para a Certificação da Erradicação da Poliomielite na Região Africana (sexagésimo oitavo Comité Regional)

² Polio Transition Planning, https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_14Add1-en.pdf

³ The contribution of the polio eradication initiative on the operations and outcomes of non-polio public health programs: a survey of programs in the African region: [Pan Afr Med J](https://doi.org/10.11604/pamj.2018.31.207.17666). 2018; 31: 207. Publicado online a 26 de Novembro de 2018 doi: [10.11604/pamj.2018.31.207.17666](https://doi.org/10.11604/pamj.2018.31.207.17666)

⁴ Polio Transition Strategic Action Plan, https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_9-en.pdf

⁵ Angola, Camarões, Chade, Etiópia, República Democrática do Congo e Sudão do Sul.

⁶ Angola, Camarões, Chade, Etiópia, Nigéria, República Democrática do Congo e Sudão do Sul.

6. Com a certificação iminente da erradicação do poliovírus selvagem na Região Africana em 2020, o financiamento da IMEP para o programa de luta contra a poliomielite será reduzido de acordo com os limites máximos orçamentais projectados pela IMEP para 2019–2023⁷. Existe também o risco de que a IMEP venha a desviar o financiamento actualmente destinado à Região Africana para países fora da Região onde a poliomielite é endémica.

7. O presente relatório técnico analisa a situação da implementação dos planos nacionais de transição para a poliomielite na Região Africana e fornece orientações aos Estados-Membros para assegurar a implementação dos seus planos nacionais de transição e agilizar o processo.

PROBLEMAS E DESAFIOS

8. **Lacunas na qualidade dos planos de transição para a poliomielite:** em Dezembro de 2018, 7 (44%) dos 16 países altamente prioritários, a nível mundial, dispunham de planos orçamentados e aprovados pelos respectivos comités nacionais de coordenação interinstitucional. Seis⁸ (86%) dos sete planos aprovados pelos Comitês Nacionais eram da Região Africana. No entanto, alguns dos passos na elaboração dos planos não foram rigorosamente seguidos, o que resultou em variações na qualidade dos mesmos. Alguns dos planos propunham enormes orçamentos susceptíveis de dificultar a mobilização de recursos internos por parte do governo ou de parceiros locais de desenvolvimento.

9. **Financiamento interno insuficiente:** embora os Estados-Membros tenham elaborado planos orçamentados e envidado esforços para mobilizar recursos para a implementação, as suas acções não foram bem-sucedidas⁹. Ademais, os doadores solicitaram aos Estados-Membros que contribuíssem com os fundos necessários para o financiamento inicial antes de realizarem qualquer contribuição. Além disso, com as contribuições financeiras da IMEP a terminarem no final do ano de 2018, alguns Estados-Membros perceberam a urgência da mobilização de recursos internos para apoiar a implementação dos seus planos nacionais. No entanto, esta dinâmica parece ter abrandado com a extensão do plano estratégico da IMEP de 2019 a 2023.

10. **Concorrência com outras prioridades na obtenção de fundos:** embora a implementação dos planos de transição para a poliomielite venha a apoiar as actividades pós-certificação da erradicação da poliomielite e beneficiar outras intervenções de saúde pública, existem outras prioridades concorrentes que exigem financiamento directo por parte do governo e dos parceiros. Para além disso, a reafecção da contribuição de algumas instituições mundiais de financiamento, como a Gavi e o Fundo Mundial de Luta Contra a SIDA, a Tuberculose e o Paludismo, para outras áreas prioritárias, como a cobertura universal de saúde, pode reduzir o financiamento destinado à implementação dos planos de transição para a poliomielite nos Estados-Membros.

11. **Falta de financiamento para a elaboração de argumentos de investimento:** para colmatar o défice de financiamento que poderá surgir nos programas de vacinação quando terminar o financiamento da IMEP, o Escritório Regional da OMS para a África e o Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental formularam conjuntamente, em 2017, argumentos de investimento para as actividades de vacinação realizadas pela OMS no continente africano¹⁰. Este documento foi

⁷ GPEI Multi-Year Budget Plan 2019 – 2023: <http://polioeradication.org/financing/financial-needs/financial-resource-requirements-frr/gpei-budget-2019-2023/>

⁸ Angola, Camarões, Chade, Etiópia, República Democrática do Congo e Sudão do Sul.

⁹ WHO Director General's report, EB146/2, https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_9-en.pdf

¹⁰ Business case for WHO immunization activities on the African continent 2018-2030 <https://www.afro.who.int/publications/business-case-who-immunization-activities-african-continent-2018-2030>

apresentado aos Estados-Membros e aos parceiros do desenvolvimento na septuagésima primeira Assembleia Mundial da Saúde,¹¹ em Maio de 2018. Embora tenham sido mobilizados alguns fundos, continua a existir um défice de financiamento para a implementação das actividades planeadas.

12. Redução progressiva do pessoal financiado pelo programa de luta contra a poliomielite e risco de reafectação dos fundos para outras regiões da OMS: houve uma redução de 31% do pessoal da OMS financiado pelo programa de luta contra a poliomielite na Região Africana entre 2016 e o final de 2019¹². Com o aumento de surtos de poliovírus selvagens fora da Região Africana e tendo em conta que todos os Estados-Membros da Região Africana poderão vir a obter a certificação da erradicação dos poliovírus selvagens em 2020, existe a possibilidade de haver uma redução adicional do apoio financeiro ao programa de luta contra a poliomielite e aos seus funcionários. Esta situação poderá aumentar o risco de futuros surtos de poliovírus selvagens.

13. Baixa absorção do pessoal financiado pelo programa de luta contra a poliomielite por outros departamentos da OMS e pelos governos: o planeamento da transição é um processo que requer uma análise detalhada das infra-estruturas e funções do programa de luta contra a poliomielite, bem como dos conhecimentos e competências do pessoal envolvido no programa. Esta abordagem permite gerir a redução de recursos ou pessoal ou reafectá-los para outros programas de saúde. Como parte deste plano, os funcionários do programa de luta contra a poliomielite deverão ser transferidos para outros programas. Contudo, a taxa de absorção tem sido baixa. Por exemplo, de 2017 a 2019, do total de 229 cargos financiados pelo programa de luta contra a poliomielite que foram suprimidos, apenas 13 funcionários foram absorvidos por outros programas da OMS, em Dezembro de 2019¹³. Uma das razões para a relutância dos governos em absorver funcionários financiados pela IMEP tem sido a enorme discrepância nas escalas salariais.

14. Aumento do número de surtos de poliovírus circulantes derivados da vacina: tem havido um aumento no número de surtos de poliovírus circulantes derivados da vacina de tipo 2 desde que se passou da vacina oral contra a poliomielite trivalente (VOPT) para a vacina oral contra a poliomielite bivalente (VOPb), principalmente na Região Africana. A implementação de um grande número de respostas não planeadas a surtos resultou no esgotamento das projecções orçamentais da IMEP. Por exemplo, no final de 2019, o orçamento da IPME para a resposta a surtos de poliomielite era de 52 milhões de dólares americanos para o ano de 2020. No entanto, com a aquisição de doses adicionais de vacina oral contra a poliomielite monovalente de tipo 2 e o aumento previsto dos custos operacionais para a resposta a surtos, o orçamento duplicou, passando a 110 milhões de dólares americanos¹⁴.

15. A ameaça da pandemia de COVID-19: a pandemia de COVID-19 teve repercussões negativas sobre o crescimento económico de todos os Estados-Membros a nível mundial, independentemente dos níveis de rendimento. Esta situação pode afectar o investimento na saúde, incluindo a mobilização de recursos para os planos de transição para a poliomielite. Além disso, os problemas económicos podem afectar a disponibilidade dos recursos previstos para a IMEP, provocando um decréscimo

¹¹ OMS lança uma Argumentação Económica para a Vacinação em África durante a Assembleia Mundial da Saúde, 23 de Maio de 2018 <https://www.afro.who.int/pt/news/oms-lanca-uma-argumentacao-economica-para-vacinacao-em-africa-durante-assembleia-mundial-da>

¹² Polio transition and post-certification, Report of the WHO Director, Seventy-first WHA A71/9, May 2018 https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_9-en.pdf (actualizado com dados do Escritório Regional da OMS para a África para 2019)

¹³ AFRO Polio Programme Report to the HQ-AFRO high-level consultation meeting, Genebra, 21 de Janeiro de 2020

¹⁴ 2020 GPEI Outbreak Budget Monitoring, <http://polioeradication.org/financing/2020-outbreak-budget-monitoring/>

acelerado dos fundos necessários para o financiamento das actividades e do pessoal nos países beneficiários.

MEDIDAS PROPOSTAS

Para os Estados-Membros e as partes interessadas ao nível nacional:

16. **Revisão dos planos nacionais de transição:** com a extensão do financiamento da IMEP para além de 2019, algumas das actividades planeadas nos planos de transição foram abrangidas pelos fundos destinados à iniciativa. Isto exigirá uma revisão dos planos, sobretudo em termos do financiamento esperado por parte de cada Estado-Membro. A revisão deverá ser priorizada, já que o financiamento da IMEP poderá cessar mais cedo do que o previsto. Além disso, no contexto da pandemia de COVID-19, os fundos prometidos pelos doadores podem ser reafectados para mitigar o impacto da pandemia e não estar disponíveis para apoiar a implementação dos planos nacionais de transição para a poliomielite. Por conseguinte, os planos operacionais nacionais devem ser ajustados com novos prazos estabelecidos no contexto da COVID-19. A revisão irá também proporcionar uma oportunidade para garantir orçamentos mais realistas.

17. **Integração dos planos nacionais de transição:** existe a necessidade de garantir a integração de aspectos do reforço da vacinação de rotina e da mitigação do impacto de emergências sanitárias nos planos nacionais de transição para a poliomielite. Além disso, deve ser dada prioridade às actividades de pós-certificação na alocação de recursos integrados pelos Estados-Membros.

18. **Aumento do apoio orçamental por parte dos governos:** como parte da apropriação dos planos nacionais de transição para a poliomielite, os ministérios da Saúde deverão procurar incentivar as autoridades governamentais competentes a investirem nos planos e a garantirem a sua implementação. Como poderão existir diferentes prioridades a necessitar de recursos financeiros no ministério da Saúde, é aconselhável que os planos de transição para a poliomielite sejam apresentados como um componente do financiamento geral da saúde concedido ao ministério.

19. **Mobilizar recursos adicionais junto dos parceiros nacionais de desenvolvimento e das instituições mundiais:** a maioria dos países em transição vai precisar de financiamento bilateral e multilateral suplementar a médio prazo, e alguns Estados-Membros particularmente frágeis necessitarão de financiamento a longo prazo para poderem manter as funções essenciais do programa de erradicação da poliomielite. Por conseguinte, os Estados-Membros devem procurar o apoio dos parceiros e agências locais de desenvolvimento para os planos de transição. Os Estados-Membros devem estudar as possibilidades de usarem os recursos disponíveis de instituições mundiais de financiamento, como as subvenções para o reforço dos sistemas de saúde da Gavi, para “colmatar” temporariamente o fosso de forma a manter as funções essenciais do programa de erradicação da poliomielite, que também contribuem para reforçar os sistemas de vacinação.

20. **Determinar as prioridades mais importantes para a implementação:** os esforços de mobilização de recursos poderão não ser suficientes para financiar integralmente o plano de transição. As actividades devem portanto ser classificadas em função da prioridade e segundo o calendário acordado antes do início da implementação.

21. **Acompanhar e avaliar a implementação dos planos ao nível nacional:** ao nível dos países, sob a liderança do governo nacional, o grupo consultivo técnico nacional para a vacinação e o comité

de coordenação interinstitucional devem colaborar na monitorização da implementação e do desempenho dos planos nacionais de transição para a poliomielite, por meio de indicadores e marcos incluídos nos planos nacionais elaborados. É aconselhável que a periodicidade destas avaliações permita o contributo oportuno para relatórios regionais submetidos pelo Secretariado nas reuniões dos órgãos directivos, tais como o Conselho Executivo, a Assembleia Mundial da Saúde e os Comitês Regionais.

A OMS deverá:

22. **Realizar missões de sensibilização nos países:** de acordo com a resolução WHA 71.9¹⁵, aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde, a OMS deve empreender acções de sensibilização e de mobilização de recursos ao nível dos países para apoiar os governos nacionais na obtenção de fundos adicionais para complementar o seu financiamento interno. As missões de sensibilização terão também um componente técnico para facilitar a elaboração de planos de implementação dos planos nacionais. Se for pertinente, essas missões poderão servir também de oportunidade para promover a formulação de argumentos de investimento para outras intervenções de saúde pública. É imperioso que essas missões sejam adequadamente planeadas com as autoridades nacionais e os demais intervenientes, para se encontrar abordagens diferentes e inovadoras que permitam evitar a duplicação dos esforços nacionais.

23. **Monitorizar e avaliar a implementação do plano:** a decisão WHA70.9 aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde apelou especificamente a que lhe fossem apresentados relatórios regulares sobre a planificação e implementação do processo de transição, por intermédio dos Comitês Regionais e do Conselho Executivo. Ao nível regional, o Escritório Regional da OMS para a África continuará a colaborar com o grupo consultivo técnico regional para a vacinação, com vista a rever os progressos realizados pelos países envolvidos no processo de transição na Região, e a apresentar um relatório anual ao Comité Regional até 2023.

24. **Reforçar os mecanismos de coordenação através dos comités directores da transição para a poliomielite:** a monitorização da implementação do plano estratégico de acção vai também exigir o acompanhamento dos compromissos específicos assumidos pelas partes interessadas, incluindo os governos nacionais, agências multilaterais, fundações privadas, parceiros do desenvolvimento, organizações da sociedade civil e fabricantes de vacinas. O mecanismo de coordenação será baseado no actual comité director regional da transição para a poliomielite.

25. O Comité Regional analisou o relatório e aprovou as medidas propostas.

¹⁵ https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_9-en.pdf